

DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ: Uma Proposta

Maria Suely Margalho do Vale¹, Fabio Ricci², Paulo Cesar Ribeiro Quinteiros³ e Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira⁴

¹Mestranda em Gestão do Desenvolvimento Regional – Programa de Pós-graduação em Gestão em Desenvolvimento Regional – PPGDR – Universidade de Taubaté, Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro – 12020-040 – Taubaté/SP – Brasil. suelymargalho@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – PPGDR - Universidade de Taubaté - Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro – 12020-040 – Taubaté/SP – Brasil – fabioricci@uol.com.br

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – PPGDR - Universidade de Taubaté - Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro – 12020-040 – Taubaté/SP – Brasil – quinteiros@gmail.com

⁴Professor e Orientador do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional - PPGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP – Brasil – edson@unitau.br

Resumo: Este artigo objetiva apresentar estudos da Divisão do Estado do Pará, com a proposta de formação dos Estados de Carajás (sudoeste do Pará) e Tapajós (oeste do Pará), como novas unidades federativas. A pesquisa caracteriza-se como exploratório descritivo, com levantamento bibliográfico, a partir de estudo realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP em prol da Divisão do Estado do Pará para a criação de novas unidades federativas. Nesta pesquisa, estão mantidos os mesmos aspectos relacionados às variáveis demográficas e sociais num recorte pontual do que seria hoje a repartição do estado do Pará em três unidades da federação, por meio de estudo regional para detalhar a sua composição enquanto organização política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos para reconhecer como a área se insere, levando-se o em conta o preexistente e a nova proposta de divisão do Estado, mas a força do Pará é seu território, do tamanho que é, com terras contínuas disponíveis, biodiversidade, fertilidade, força das águas, densidade populacional e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB acima da média brasileira. Dividido, perde a sua grandiosidade geoeconômica e simbólica, a sua riqueza sócio cultural, restando pequenos frágeis territórios

Palavras Chaves: Espaço, Território, Região, Estado do Pará

Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

A idéia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, que cria uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial

Assim, os movimentos em prol da Divisão do Estado do Pará para a criação de novas unidades federativas, têm motivações que remontam de tempos idos que se confundem com os contemporâneos. A força ambígua desses movimentos dá a falsa idéia que se perde com o tempo, mas continua latente, e ressurgem com conotações diferentes, mas o Pará que queremos, será o que permita aos paraenses viverem sem desigualdades sociais, com equilíbrio econômico

entre as suas regiões e com responsabilidade ambiental.

Dessa forma, a força do Estado do Pará, é seu território. Do tamanho atual, pelas terras contínuas disponíveis, biodiversidade, fertilidade, força das águas, densidade populacional, e tende a se tornar um dos principais solos verde-amarelo dos investimentos nacionais e internacionais com previsão de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB acima da média brasileira. Dividido, perde a sua grandiosidade geoeconômica e simbólica, a sua riqueza sócio cultural, restando pequenos frágeis territórios.

Objetivo

Apresentar estudos da Divisão do Estado do Pará, com a proposta de formação dos Estados de

Carajás (sudoeste do Pará) e Tapajós (oeste do Pará), como novas unidades federativas.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como exploratório descritivo, com levantamento bibliográfico, a partir de estudo realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP em prol da Divisão do Estado do Pará para a criação de novas unidades federativas.

Resultados

A realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás, nos termos do inciso XV do art. 49 da Constituição Federal, foi instituída através do Decreto Legislativo nº 136, de 25.05.2011. (BRASIL, 2011)

A Proposta de Divisão do Estado do Pará

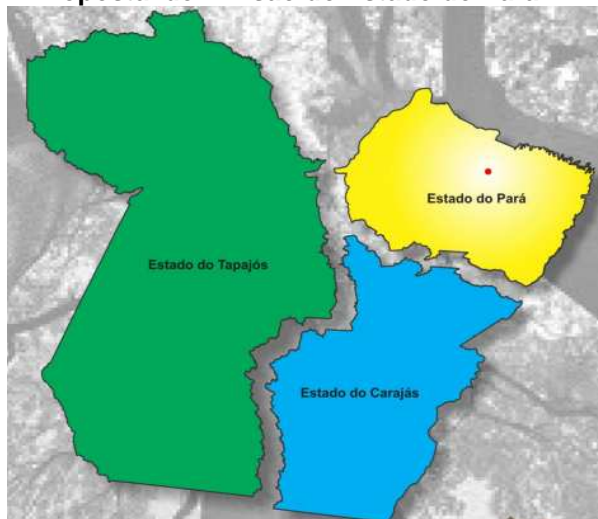


Figura 1: Mapa do Estado do Para, com a Proposta de Divisão

Fonte: IDESP (2011)

A população do Estado do Pará é de 2.726 mil. Em um cenário de divisão, este passa para 21% para o Carajás (1.567) e 15% para o Tapajós (1.159). Os municípios que comporão o estado de Carajás apresentam maior incremento populacional médio anual nas últimas décadas: 9,4% de 1980 a 1991; 3,2% de 1991 a 2000 e 3,3% de 2000 a 2010. (IDESP, 2011)

Esses crescimentos foram impulsionados pela implantação de projetos minerais e agropecuários principalmente nos municípios de Marabá; Parauapebas, São Felix do Xingu e Santana do Araguaia. O grupo de municípios que comporão o estado do Tapajós apresentou incremento populacional médio anual na última década de 1,2% e no Pará o incremento foi de 2,2%.

Na divisão o Estado do Tapajós fica com a maior área territorial (59%), seguido do Carajás

com 24% e o Estado do Pará fica com 17%. Dessa forma, deteria a maior concentração populacional por km², 22 pessoas. Já o Estado do Carajás teria 5 pessoas por km² e o de Tapajós 2 pessoas.

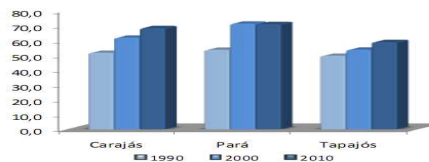


Gráfico 1: Evolução da taxa de urbanização
Fonte: IDESP (2011)

A distribuição da população o Pará teria a maior concentração de pessoas residindo em área urbana - 70,9% da população remanescente - segundo dados de 2010. Carajás teria uma taxa de urbanização de 68,2% e o Tapajós de 58,8% no mesmo ano.

Nesta pesquisa, estão mantidos os mesmos aspectos relacionados às variáveis demográficas e sociais num recorte pontual do que seria hoje a repartição do estado do Pará em três unidades da federação. Assim, a repartição do estado do Pará em três unidades da federação, separadas as áreas que pertencerão aos novos estados de Tapajós e Carajás.

Segundo Santos (1986), o espaço, como as outras instancias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial segundo o autor é o espaço organizado pelo homem como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinado-subordinante.

E como a outra instancia o espaço embora submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias específicas de sua própria evolução. (SANTOS, 1986, p. 145)

Já a organização espacial dada pelos homens desempenha seu papel na sociedade; objetos técnicos dispostos na superfície terrestre compõem a materialidade social, exercendo funções específicas dotadas de significados.

Para Santos (1986), o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de forma que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente.

O autor define ainda como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos olhos e que se manifestam através de processos e funções. (SANTOS, 1986, p. 122).

Para tal, a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

Já a “região” torna-se, então, uma importante categoria para que se possa compreender uma realidade particular dentro de um panorama global, onde as características históricas, aspectos culturais e outras conexões façam diferença e seja captado na totalidade do processo.

Para Milton Santos (1997, p. 48)

Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos para reconhecer como a área se insere na ordem internacional, levando em conta o preexistente e o novo para captar o elenco de causas e conseqüências do fenômeno.

Com a desconcentração inter-regional o processo no qual a região (e o Estado) mais industrializado do país apresenta perda em sua posição relativa em favor das regiões economicamente mais atrasadas (CORREA, 1993).

Como paradigma, o Estado do Pará Possui o maior Produto Interno Bruto - PIB da região Norte: R\$ 49,5 bilhões em 2007. E o segundo maior estado brasileiro em extensão territorial, com uma área de 1,247 milhão de quilômetros quadrados e está entre os estados do Norte do País que apresenta o maior crescimento econômico.

Na distribuição do Produto Interno Bruto no estado está a maior diversidade de fontes de renda, com a criação de gado em São Félix do Xingu; produção de alumínio em Barcarena; usina hidrelétrica em Tucuruí e extração mineral no complexo de Carajás, município de Parauapebas (IBGE, 2011).

A partir daí, se delimitarmos uma porção do espaço geográfico, percebe-se algumas relações políticas, econômicas e culturais que o cercam e dão conformidade as diversas manifestações territoriais. Pois, como bem ressalta Lefebvre (apud Raffestin, 1993), um território é constituído quando é transformado pelas modificações feitas pelo homem convivendo em sociedade. Conforme concepções do autor, território é um espaço onde se efetuou ou se concretizou um trabalho, seja energia e/ou informação. Para tal se encontram inerentes relações de poder e interesses.

Os territórios e suas respectivas territorialidades adquirem incontáveis possibilidades de manifestações no espaço geográfico. (RAFFESTIN, 1993)

Já a territorialidade remete aos limites geográficos, porém, o significado dessas fronteiras, as razões que levaram à imposição desses limites a história que explica as iniciativas do Estado em estabelecer as fronteiras e sua manutenção, são elementos relacionados à manutenção do poder.

Para Milton Santos:

O sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence[...], esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. (SANTOS, 2001, p.19)

Assim, essa idéia de territorialidade segundo Santos (2001), se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. “A territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos é privilégio do homem.” (SANTOS, 2001, p.19)

Assim, o papel da territorialidade se traduz na formação de processos identitários locais, considerando sua dinamicidade, pois os elementos que a constituem (o homem, o espaço) são susceptíveis de constantes variações no tempo.

Esta característica, segundo Raffestin (1993, p.160), confere à territorialidade a possibilidade de vivências por intermédio de um conjunto de relações emergentes de um sistema tridimensional – sociedade, espaço, tempo. Segundo o autor: “a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal” (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Recortes Sociais: Educação, Saúde, Criminalidade e Emprego Formal.

Na hipótese de divisão do Estado com relação aos indicadores de educação, o Pará teria a maioria da matrícula tanto no fundamental (63%) quanto no ensino médio (65%), dispondo de 63% dos docentes do ensino fundamental e 70% dos docentes do Médio, gerando uma média de 28 alunos por docentes no fundamental e 26 do médio. O Estado do Carajás ficaria com uma média de 29 e 32 alunos por docentes, respectivamente. E o Tapajós apresentaria uma média de 27 alunos por docente no fundamental e 31 no médio.

Quanto a qualidade da educação básica, medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2009, os municípios do Tapajós apresentariam a maior média (3,6) a 4ª/5ª, seguido do Carajás com nota média de 3,4 e 3,2 do Pará. Quanto a qualidade de ensino na 8ª/9ª série, o Tapajós ficaria com uma nota média 3,6, Carajás com 3,4 e o Pará com 3,3.

Estados	2005	2007	2009
Carajás	2,9	3,0	3,4
Pará	3,1	3,0	3,3
Tapajós	3,2	3,4	3,6
Total	3,1	3,1	3,4

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – 8ª Série/9º Ano
Fonte: INET/MEC

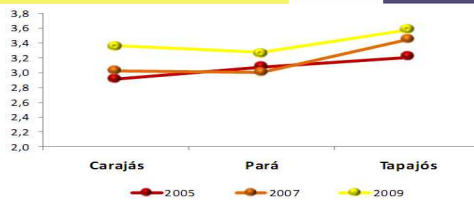


Gráfico 2: Nota IDEB – Setor Público – 8ª Série/9º Ano
Fonte: INET/MEC

Na saúde, observa-se a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), no ano em 2009, do município do Carajás com uma taxa de 22 óbitos por mil nascidos vivos, no Tapajós a TMI seria 20 e o Pará 19 óbitos por mil nascidos vivos.

Quanto a Taxa de Mortalidade Geral (TMG) seriam 4, 3 e 3 óbitos por mil habitantes, no Carajás, Tapajós e Pará, respectivamente. E quanto a Taxa de Mortalidade Materna, um dos problemas mais preocupantes do Estado, a média ficaria menor no Pará, 60 óbitos materno a cada mil nascidos vivos, seguido do Carajás com 64 óbitos e do Tapajós, que apresentaria a mais elevada, 78 óbitos a cada mil nascidos vivos.

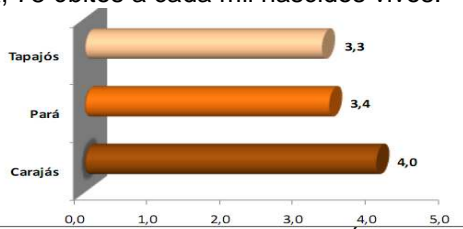


Gráfico 3: Taxa de Mortalidade Geral (Óbitos por 1.000 hab/2009)
Fonte: IDESP (2011)

Na área da segurança, as estatísticas de crimes revelam uma maior taxa média no Estado do Pará, com 1.300 crimes contra a pessoa, a cada cem mil habitantes; com 1.686 crimes contra o patrimônio e 232 crimes violentos, a cada cem mil habitantes. O Estado do Tapajós apresentaria taxas de crimes: 774; 681 e 116 respectivamente. E o Carajás as taxas seriam de 382 crimes contra a pessoa, 594 crimes contra o patrimônio e 152 crimes violentos, a cada cem mil habitantes.

Estados	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
Carajás	16.862	52.469	116.074	185.395
Pará	18.079	106.593	542.753	667.425
Tapajós	5.035	16.888	76.492	98.415
Total	39.976	175.940	735.319	951.235

Tabela 2: Vínculo Empregatício por atividade
Fonte: MTE/RAIS, adaptado de IDESP (2011)

Quanto ao mercado de trabalho formal, o Pará teria 667 mil postos de trabalho, Carajás seria 185 mil postos formais e o Tapajós 98 mil empregados. Na possível divisão o número de estabelecimentos com vínculo empregatício 29,5 mil; 13 mil e 6,9 mil, respectivamente, no Pará, Carajás e Tapajós.

Estado do Pará

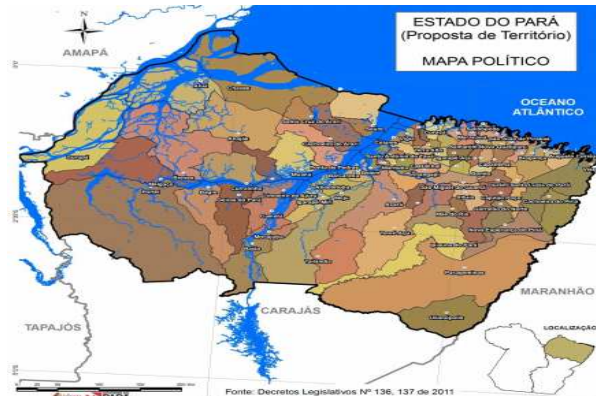


Figura 2: Proposta de Municípios do Estado do Pará
Fonte: IDESP (2011)

Municípios do Estado do Pará:

Abaetetuba, Acará, Afuá, Anajás, Ananindeua, Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Bagre, Baião, Barcarena, Belém, Benevides, Bonito, Bragança, Breves, Bujaru, Cachoeira do Arari, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Chaves, Colares, Concórdia do Pará, Curralinho, Curuçá, Garrafão do Norte, Gurupá, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Inhangapi, Ipixuna do Pará, Irituí, Limoeiro do Ajuru, Mãe do Rio, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Marituba, Melgaço, Mocajuba, Moju, Muaná, Nova Esperança do Piriá, Nova Timboteua, Oeiras do Pará, Ourém, Paragominas, Peixe-Boi, Ponta de Pedras, Portou, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Cruz do Arari, Santa Isabel do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, São Sebastião da Boa Vista, Soure, Tailândia, Terra Alta, Tomé-Açu, Tracuateua, Ulianópolis, Vigia e Viseu.

Estado de Carajás

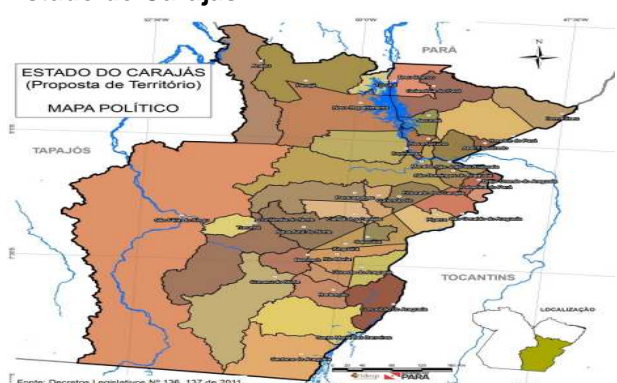


Figura 3: Proposta de Municípios do Estado de Carajás
Fonte: IDESP (2011)

Municípios do Estado de Carajás

Alenquer, Almerim, Altamira, Aveiro Belterra, Brasil Novo, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Terra Santa, Trairão, Uruará, Vitória do Xingú

Estado de Tapajós

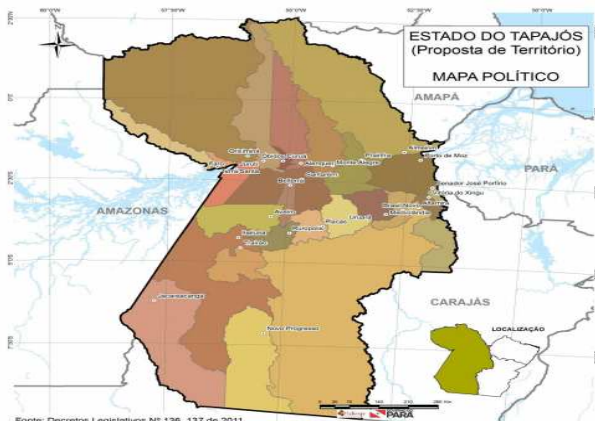


Figura 4: Proposta de Municípios do Estado de Tapajós
Fonte: IDESP (2011)

Municípios do Estado do Tapajós:

Alenquer, Almerim, Altamira, Aveiro Belterra, Brasil Novo, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Terra Santa, Trairão, Uruará, Vitória do Xingú

Recortes Econômicos o Estado

Com relação a indicadores econômicos, o Pará fica com 56% (R\$ 32.527 milhões) do PIB, Carajás com 33% (R\$ 19.582 milhões) e Tapajós 11% (R\$ 6.408 milhões). O valor adicionado dos serviços é preponderante no Pará (71%) e Tapajós (59%) e a indústria no estado do Carajás (59%).

A produção de grãos agregaria um valor de R\$ 253 mil no Tapajós, R\$ 225 mil no Carajás e R\$ 199 mil no Pará. As culturas industriais adicionariam um valor de R\$ 787 mil no Pará, R\$ 520 e R\$ 219 mil, respectivamente, no Tapajós e no Carajás. A fruticultura gera um valor de R\$ 233 mil no Carajás, R\$134 mil no Pará e R\$ 112 mil no Tapajós.

O rebanho bovino fica concentrado em Carajás 65% (11.032 mil cabeças) ; 22% (3.725 mil) o Tapajós e 13% (2.099 mil) o Pará. A avicultura ficaria concentrada no Pará com 69% e 16% e 15% no Tapajós e Carajás, respectivamente.

A produção leiteira prepondera em Carajás, com um rebanho de 698 mil vacas ordenhadas e

cerca de 455 milhões de litros de leite, agregando um valor de R\$ 259 milhões.

A produção extrativa madeireira seria partilhada entre a prevalência do carvão vegetal em Carajás (90 mil toneladas) , de lenha no Pará (1.655m³) e no Tapajós (1.420m³). A madeira em tora se concentra no Pará (3.301.250m³) e 1.312.864m³ e 1.361.855m³, respectivamente no Tapajós e no Carajás.

Estados	PIB (R\$ MIL)	PIB (%)	PIB Per capita (R\$)
Carajás	19.582.840	33,5%	10.498
Pará	32.527.220	55,6%	6.461
Tapajós	6.408.508	11,0%	4.960
Total	58.518.568	100%	7.007

Tabela 4: PIB (R\$ 1.000) e PIB Per Capita (R\$) – 2008
Fonte: IDESP(2011) adaptado de IDESP, SEPOF IBGE

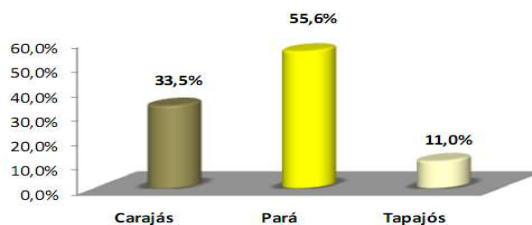


Gráfico 4: PIB % - 2008
Fonte: IDESP (2011)

O comportamento da balança comercial, em 2010, no cenário de divisão do estado, reflete US\$ 9.241 milhões no Carajás, US\$ 2.830 milhões no Pará e US\$ 596 mil no Tapajós. Os estados apresentariam saldo em milhões de US\$ 8.694, US\$ 2.383 e US\$ 560, no Carajás, Pará e Tapajós, respectivamente (IDESP, 2011)

Recortes Ambientais do Estado

A hipótese de divisão do estado, o Tapajós teria 74% da sua área territorial em regime especial de uso, Carajás teria 36% e o Pará 26%. A área desmatada até 2009 seria de 127 mil km² do Carajás com um incremento em relação a 2008 de 36km². O Pará teria uma área desmatada de 65 mil km² (7 km² de incremento) e o Tapajós de 53 mil km² (54 km² de incremento).

Percentual de Área Protegida - 2009

Estados	Área Territorial km ²	Área Protegida km ²	% Área Protegida
Carajás	296.660	108.036	36,4%
Pará	218.515	57.497	26,3%
Tapajós	732.568	538.680	73,5%
Total	1.247.743	704.213	56,4%

Tabela 5: Percentual de Área Protegida
Fonte: IDESP, adaptado de DETER/INPE(2011)

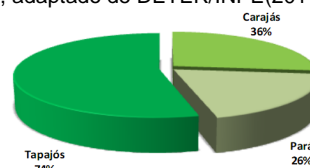


Gráfico 5: Percentual de área Protegida
Fonte: IDESP, adaptado de DETER/INPE(2011)

Quanto aos focos de queimada, em 2009, no Carajás ocorreram 27 mil focos e 24 e 15 mil no Tapajós e Pará, respectivamente.

Discussão

O uso do território objetiva a formação socioespacial e determina o arranjo espacial dos objetos e equipamentos necessários à organização das relações entre os indivíduos presentes no lugar, reunidos “numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições sociais e jurídicas e formas geográficas” (SANTOS, 1999, p. 272).

Neste aspecto, a questão regional é necessariamente uma questão de Estado, tendo em vista seu caráter político de determinação e das medidas de políticas públicas que afetam a economia nacional e a distribuição territorial da renda.

Conclusão

Se o resultado do plebiscito marcado para dezembro do ano de 2011, resultar para a divisão do Estado do Pará, os municípios que comporão o estado de Carajás apresenta o maior incremento populacional médio anual nas últimas décadas: 9,4% de 1980 a 1991; 3,2% de 1991 a 2000 e 3,3% de 2000 a 2010.

Esses crescimentos estão impulsionados pela implantação de projetos minerais e agropecuários principalmente nos municípios de Marabá; Parauapebas, São Felix do Xingu e Santana do Araguaia. Já o grupo de municípios que comporão o estado do Tapajós apresenta incremento populacional médio anual na última década de 1,2% e no Pará o incremento foi de 2,2%.

Na divisão o Tapajós fica com a maior área territorial (59%), seguido do Carajás com 24% e o Pará fica com 17%. Assim, o Pará detém a maior concentração populacional por km², 22 pessoas. Carajás teria 5 pessoas por km² e o Tapajós 2 pessoas.

Quanto à distribuição da população o Pará teria a maior concentração de pessoas residindo em área urbana - 70,9% da população remanescente - segundo dados de 2010. Carajás teria uma taxa de urbanização de 68,2% e o Tapajós de 58,8% no mesmo ano.

Nota-se neste estudo a divisão do território com jurisdições sobrepostas. Dessa forma, a divisão parece bem adequada à gestão de governo no Brasil dada a sua extensão territorial e a diversidade regional aqui existente. Assim o dinamismo econômico e social de uma federação pode levar a novas divisões territoriais de forma a adequar a realidade territorial às necessidades da população em termos de políticas públicas.

Para tal, o planejamento econômico para diferentes esferas de poder político, tem sido o

principal instrumento de operacionalização do poder, tanto para recuperação de determinadas economias como para diminuir disparidades entre regiões, pois o Estado do Pará que se quer é o que permita aos paraenses viverem sem desigualdades sociais, com equilíbrio econômico entre as suas regiões e com responsabilidade ambiental.

Assim, a força do Estado do Pará, é seu território. Do tamanho atual, pelas terras contínuas disponíveis, biodiversidade, fertilidade, força das águas, densidade populacional, e tende a se tornar um dos principais solos verde-amarelo dos investimentos nacionais e internacionais com previsão de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB acima da média brasileira. Dividido, perde a sua grandiosidade geoeconômica e simbólica, a sua riqueza sócio cultural, restando pequenos frágeis territórios

Referências

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 136, de 26.05.2011**. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=243482&norma=263626>. Acesso em 20.08.2011.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

IBGE. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=354. Acesso em 20.08.2011.

IDEB/MEC. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – 8ª Série/9º Ano**;

IDESP. **Retrato da Divisão do Estado do Pará**: IDESP, 2011;

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993;

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986;

_____. **Espaço e método**. 4ª ed. São Paulo : Nobel, 1997b. 88 p.

_____. **Território e Sociedade**. 2ª Ed. 1ª Reimpressão. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001. 127 p.